

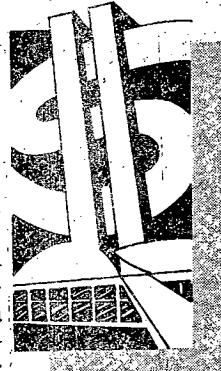
Durões viram coadjuvantes na cena final

Eduardo Brito

Haverá algumas surpresas hoje, quando se instalar a sessão da CPI da máfia do Orçamento para dar sua sentença. Uma dessas surpresas se refere à lista dos acusados: garante-se que pelo menos dois nomes inesperados dela constarão, enquanto outros dois, dados como previamente cassados, ficarão de fora. Mas surpresa mesmo acontecerá quando estiverem sendo dados os votos. Quem estiver esperando pelo voto dos senadores Eduardo Suplicy ou José Paulo Bisol se frustrará. É que eles não estão entre os 22 parlamentares com direito a voto.

Na raiz de tudo isso está a flexibilidade das normas que regem as CPIs, admitindo a participação, até como interrogadores, de parlamentares que sequer são membros da CPI. Na sessão de votação, porém, eles não terão direito sequer a fazer uso da palavra. Assim, nem estarão lá deputados como Jandira Feghali (PC do B-RJ), uma espécie de musa da CPI, que mostrou muito trabalho não só nos depoimentos como na Subcomissão de Subvenções. O mesmo acontecerá com Moroni Torgan (PSDB-CE) e Robson Tuma (PL-SP), que aproveitaram sua formação policial para uma série de diligências cujos resultados foram apresentados em plena sessão da CPI. Ou para Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), assíduo a ponto de até mesmo funcionários do Congresso só pensarem que era um dos titulares.

A situação dos suplentes é diferente. Eles podem falar à vontade, durante a parte da sessão de



hoje que se reservou para os debates. Podem ainda pedir destaque para votações em separados — ou seja, para tentar mudar conclusões do parecer. No entanto, não terão direito a voto. Estão nessa condição dois dos mais ativos participantes da CPI, o coordenador da Subcomissão de Patrimônio, José Paulo Bisol, e o senador petista Eduardo Suplicy.

Pelo princípio da proporcionalidade, o PT só poderia indicar um deputado. O PSB, nem isso. Por uma concessão do PMDB, que tem direito a quatro vagas de senador na CPI, uma suplência foi entregue a Suplicy. Para que seu voto seja levado em conta precisarão faltar, porém, quatro senadores, entre os quatro titulares e os três suplentes da bancada.

O caso de Bisol é o mesmo. O PPR, que tem um titular e um suplente, deu-lhe a segunda vaga. A de titular ficou com Jarbas Passarinho, escolhido presidente. Para que Bisol possa votar, portanto, seria preciso que o próprio Passarinho se afastasse.

Na verdade, nem os 22 titulares, nem os 22 suplentes estarão hoje fora do palanque. Todos eles estão convocados e poderão falar, embora dentro de limites regimentais que o presidente Jarbas Passarinho promete cumprir. Existe, claro, certo temor de que as intervenções se estendam demais. Quando o informaram de que o deputado Aloízio Mercadante pretendia apresentar 300 pedidos de destaque, Passarinho ainda brincou: "Trata-se de um caso de deputado destacado".

Votar mesmo, só os titulares. Na prática, porém, não deverá haver um confronto muito nítido, mesmo nos pontos mais polêmicos. Existe entre os membros da CPI, ainda que parte deles seja conhecida como soft e outra parcela como dura, um consenso, costurado pelos moderados, em torno do parecer do relator Roberto Magalhães.